

Banco Central ameaça reter os juros das dívidas de curto prazo

O Brasil somente pagará dívidas de curto prazo se os credores renovarem esses financiamentos. Circular nesse sentido foi enviada ontem pelo Banco Central a todos os



Adroaldo Moura da Silva

bancos brasileiros que operam no exterior e a empresas que utilizam essas linhas de crédito, como a Petrobrás. Desde ontem, bancos e empresas passaram a centralizar no BC o pagamento das dívidas.

A má interpretação desse telex tumultuou o mercado financeiro. No início da noite, o Vice-Presidente Internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, explicou ter sido essa uma medida estratégica para preservar as reservas do País. Se o banco credor não quiser refinarçar a dívida, o dinheiro fica depositado no BC na moeda em que foi contratado o financiamento.

Essa decisão foi tomada com base nos termos do acordo da renegociação da dívida externa em 1983, quan-

do os bancos credores concordaram em manter US\$ 10 bilhões para financiamentos de exportação. Essa cláusula consta do Projeto 3. No Projeto 4, consta que os credores manterão de US\$ 4,5 bilhões a US\$ 5 bilhões para financiar as posições interbancárias no exterior.

Pelo acordo, a renegociação desses créditos ocorre individualmente. Se o Bank of America, por exemplo, não quiser renovar empréstimos com determinado banco brasileiro, poderá fazê-lo com outros.

Como há centenas de bancos envolvidos e algum poderá não querer honrar o acordo diante da decisão do Brasil de suspender temporariamente o pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazo, o Governo determinou que o pagamento dos créditos de curto prazo seja centralizado no BC, de modo a garantir que o dinheiro continue no circuito.

— As linhas de curto prazo estão preservadas e continuarão sendo pagas de acordo com esse esquema — garantiu Adroaldo Moura.

O Vice-Presidente do BB negou que essa medida equivalesse à centralização de câmbio. Segundo ele, o sistema bancário está funcionando

normalmente e as guias de importação liberadas pela Cacex de acordo com a legislação. O que há são contratos de câmbio feitos pelos bancos com fiscalização do Banco Central.

Moura da Silva esclarece que os juros dos empréstimos de médio e longo prazo, cujas remessas foram suspensas temporariamente, estão sendo depositados no BC, mas o Governo ainda não definiu o que fará com esse dinheiro. O Brasil deve US\$ 15 bilhões a curto prazo (empréstimos com vencimentos de 30 a 180 dias), pelos quais paga juros de 6% ao ano.

O Vice-Presidente do BB encontra-se em regime de plantão permanente desde às 15h do último domingo, acompanhando o refinanciamento dos créditos de curto prazo. Devido à diferença de fuso horário, o mercado financeiro japonês abriu no domingo. Na segunda-feira, foram negociadas 16 linhas de crédito e outro tanto ontem. Até o início da noite de ontem, faltava apenas o fechamento de três outras linhas em São Francisco (Estados Unidos), também em função da diferença de fuso horário. Moura da Silva, entretanto, acredita que não tenha havido problemas.

AS RAZÕES DO CORTE

Perda poderia ser de US\$ 2 bilhões

BRASÍLIA — Segundo assessores do Presidente José Sarney, caso não fossem cortados os pagamentos, os recursos do País poderiam sofrer uma sangria de US\$ 2 bilhões nos próximos 15 dias. Somente nesta semana os vencimentos atingem US\$ 500 milhões e o Governo decidiu antecipar-se à tendência de retirada dos depósitos, que já havia verificado.

A reação dos credores da dívida de curto prazo foi menos favorável do que a dos banqueiros que detêm a parcela maior dos débitos brasileiros. De acordo com as informações recebidas pelo Palácio do Planalto, alguns bancos estariam dispostos a capitalizar os juros retidos no Brasil e transformá-los em investimentos.

Caso a suspensão do pagamento dos juros perdure por três meses, reunirá o equivalente a cerca de US\$ 2,5 bilhões. Alguns banqueiros estariam interessados em aplicar a parte que ficar depositada no Banco Central, porém querem que o País lhes dê alguma vantagem adicional para essas aplicações, ingressando em setores nobres da economia (mercado financeiro e informática).